

A PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DE 1970 PARA CÁ

APARECIDA JOLY GOUVEIA *

Neste trabalho tentamos apreender a situação em que se encontra a pesquisa sobre educação no Brasil, a partir da análise de temas e sumários de projetos em andamento ou concluídos a partir de 1970, do exame de estudos publicados na revista *Cadernos de Pesquisa* e de informações sobre trabalhos que se realizam em instituições localizadas na cidade de São Paulo, obtidas diretamente de pesquisadores.

Obviamente, o caráter dos dados não permite fazer generalizações com o grau de segurança que a importância do assunto exigiria. Se, de um lado, o contato pessoal com instituições de pesquisa e o exame de estudos publicados possibilitam certo juízo a respeito da natureza e da orientação metodológica dos trabalhos que se vêm realizando, de outro, o fato de essas fontes se localizarem numa única área geográfica não as qualificaria como representativas do que se passa no país. No que se refere às demais fontes indicadas, o problema não reside na abrangência, mas, sim, na insuficiência das informações que oferecem, como se verá.

Explicitadas essas reservas, iniciamos pelo exame de suplementos da revista *Ciência e Cultura*, que contém resumos de comunicações apresentadas em reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — 22ª e 28ª reuniões anuais, realizadas respectivamente, em julho de 1970 e julho de 1976.

Comunicações apresentadas em reuniões da SBPC

A primeira constatação, quando se confrontam as comunicações apresentadas nas reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) realizadas nos anos de 1970 e 1976 é a de que, no total das Ciências Humanas (nesta incluída a Psicologia), a Educação figura com uma proporção bem menor neste do que naquele ano — 25% e 46% respectivamente. Examinando-se o elenco das disciplinas representadas num e noutro ano, verifica-se que se diversificou sensivelmente no decorrer do período considerado. Contudo, essa diversificação, por si só, não justificaria a perda de posição da Educação. Algumas das disciplinas que passaram a constar do conjunto das Ciências Humanas representam desdobramentos das englobadas em 1970 na categoria “Antropologia, Sociologia, Psicologia”, o que,

a par do aparecimento de disciplinas inteiramente novas, parece indicar a maior pujança relativa dos estudos que se situam em áreas outras que não a Educação. Abrangendo um campo tão vasto, poderia esta comportar em 1976 certas subdivisões, se o número e a variedade das comunicações justificassem algum desdobramento.

Parece, por outro lado, que a natureza dos trabalhos não se alterou muito de uma data para outra. Tal afirmação baseia-se na análise das distribuições de frequência das comunicações pelas categorias que empiricamente se estabeleceram para a classificação do material examinado (Quadro I). Como qualquer esquema classificatório, o utilizado reflete as preocupações do analista. No caso, partiu-se dos temas focalizados nas comunicações, mas considerou-se em parte também a maneira pela qual eles são abordados. Assim, alguns dos “Relatos sobre experiências ou tentativas de renovação educacional” versam sobre programas e/ou estratégias de ensino, mas não foram classificados nestas categorias mais específicas por nos parecerem (à base dos sumários divulgados pela SBPC) estudos descritivos, realizados sem a preocupação de controles metodológicos mais sistemáticos. O mesmo se aplica a alguns dos estudos incluídos em “Considerações, reflexões, análises teóricas, propostas genéricas, recomendações”. Por outro lado, “Avaliações de programas etc.” e “Estudos sobre estratégias de ensino” — categorias 10 e 11 — envolvem provavelmente a construção ou adaptação de instrumentos de avaliação, mas considerou-se conveniente, inclusive pela frequência registrada em 1970, reservar uma categoria especial para as comunicações que incidem especificamente em problemas metodológicos desta ordem.

Obviamente, com um esquema classificatório diferente, as conclusões referentes à natureza dos trabalhos poderiam ser outras. Com tal cautela em mente, assinala-se que das quinze categorias estabelecidas (a décima sexta é, na verdade, residual), sete não se alteraram ou apresentaram uma variação inferior a 3%.

Acusaram decréscimos sensíveis (superiores a 5%) os relatos sobre cursos programados individualizados e a categoria referente a instrumentos de medida para fins de avaliação ou pesquisa.

Por outro lado, dentre as três categorias que, pelo critério estabelecido, abrangem proporções maiores em

* Da Universidade de São Paulo.

QUADRO 1 — DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS, SEGUNDO DIFERENTES FONTES DE DADOS

Categorias	Comunicações apresentadas em reuniões anuais da SBPC				Projetos financiados pelo INEP no período		Estudos publicados em Cadernos de Pesquisa
	1970		1976		1972	a 1976	
	N	%	N	%	N	%	N
1. Considerações, reflexões, análises teóricas, propostas, recomendações	6	10,9	23	24,0	—	—	—
2. Levantamentos, caracterizações de redes de ensino, recursos educativos, etc.	1	1,8	9	9,4	18	12,6	—
3. Diagnósticos (do tipo "investigar as causas") sobre evasão, repetência, rendimento escolar	—	—	—	—	4	2,8	—
4. Características de alunos e/ou do ambiente de que provêm ...	3	5,4	2	2,1	11	7,7	5
5. Idem, focalizadas em função do desempenho escolar (como variáveis independentes)	—	—	1	1,0	7	4,9	10
6. Sondagens de opiniões, expectativas, hábitos, atitudes, aspirações, valores (de alunos, pais, professores), percepção de papéis de agentes educacionais ..	8	14,5	13	13,5	5	3,5	5
7. Relatos sobre experiências ou ensaios educacionais	8	14,5	11	11,5	—	—	—
8. Relatos sobre cursos programados individualizados	6	10,9	2	2,1	—	—	—
9. Elaboração de currículos e/ou programas	1	1,8	4	4,1	+ 22	15,4	—
10. Avaliação de programas ou projetos (em que se fazem comparações com outros programas ou entre diferentes sub-grupos submetidos a determinado programa; ou em que se utilizam pré e pós-testes)	—	—	6	6,4	+ 20	14,0	7
11. Estudos sobre diferentes estratégias de ensino	3	5,4	1	1,1	12	8,4	—
12. Elaboração e/ou avaliação de material didático	3	5,4	5	5,2	2	1,4	—
13. Construção, adaptação, validação, crítica de instrumentos de diagnóstico, avaliação, pesquisa	7	12,7	5	5,2	11	7,7	7
14. Análises organizacionais (de sistemas ou unidades escolares)	1	1,8	2	2,1	1	0,7	—
15. Custo-eficiência de programa educacional	—	—	1	1,0	2	1,4	—
16. "Follow-up" de graduados	1	1,8	1	1,0	2	1,4	—
17. Estudos sobre mercados de trabalho (inclusive relação entre educação, ocupação e salário)	—	—	—	—	13	9,1	3
18. Outras	7	12,7	10	10,4	13	9,1	4
TOTAL	55	99,6	96	100,1	143	100,1	41

1976 do que em 1970, duas — n.ºs 1 e 2 — ou não se referem a estudos empíricos ou, referindo-se a trabalhos empíricos, não constituem pesquisas propriamente ditas; a terceira — 10 — “Avaliação de cursos ou programas”, representa uma categoria nova na lista, fato que é significativo.

Mais de um terço das comunicações apresentadas em 1976 constituiu-se de trabalhos que aparentemente não se referem a pesquisas propriamente ditas (categorias 1 e 7). Isso não significa necessariamente que fossem destituídas de valor, pois podem ter suscitado debates ou contribuído para a divulgação de idéias e informações importantes para a educação brasileira.

O exame do material apresentado nos levaria, assim, a dizer que, pela temática dos trabalhos e pelo que os estudos empíricos representam em termos quantitativos, o quadro não teria se alterado muito de 1970 para 1976.

Projetos financiados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Oferecendo indicações ainda mais precárias do que as encontradas nos sumários das comunicações apresentadas nas reuniões da SBPC, a relação dos projetos financiados pelo INEP no período 1972-1976 (da qual constam apenas os títulos e os objetivos dos estudos) pode ser explorada, contudo, como outra fonte de dados sobre certos aspectos da pesquisa educacional no Brasil (1).

Para classificar os projetos constantes da referida relação, utilizamos o mesmo esquema adotado para o exame daquelas comunicações, acrescentando, porém, algumas categorias destinadas a acomodar estudos que pareciam não se enquadrar em nenhuma das classes previamente estabelecidas. Porém, muitos projetos estão ainda em andamento e, em face das informações disponíveis, não se pode exatamente saber que encaminhamento metodológico terão; nada nos indica que não viessem a ser classificados nas categorias mais genéricas “Considerações, reflexões, etc.” ou “Relatos de Experiências ou Tentativas de Renovação”.

Se isso não ocorrer, uma tendência sob certo ângulo alviçareiro parece esboçar-se. Dentre os estudos mais recentemente financiados pelo INEP, ou seja, de 1972 para cá, os relacionados diretamente com a elaboração de currículos e a avaliação de cursos ou programas, considerados prioritários por órgãos responsáveis pelo planejamento educacional em nosso país (2), estão recebendo certo impulso, conforme indica a percentagem

(29,4%) que representam no total dos projetos apoiados por aquela instituição.

O mesmo não acontece, porém, com uma outra categoria, presumivelmente também de interesse prático imediato — pesquisas destinadas à elaboração de material didático; já com representação pequena em 1970 (5,4%), representa apenas 1,4% dos projetos financiados pelo INEP no período considerado.

Embora sem grande entusiasmo por estudos sobre mercados de trabalho para fins imediatos de planejamento curricular, como em geral se propõem, pois nos parecem de difícil execução e duvidosa utilização, registramos que constituem quase um décimo dos apoiados por aquela instituição.

Contudo, para uma estimativa das perspectivas de desenvolvimento dos estudos a temática, não nos parece tão importante como a maneira pela qual os problemas são abordados. Acreditamos que o potencial de crescimento das atividades da pesquisa se encontre mais na orientação teórica dos pesquisadores e no equipamento metodológico de que dispõem do que no tipo específico de problemas que investigam.

Sobre esses aspectos, porém, nada nos diz uma lista de que constam apenas os títulos dos projetos e os objetivos a que estes visam. Algumas inferências poderiam ser feitas a partir da leitura, como a que fizemos, dos resumos de trabalhos apresentados em reuniões da SBPC, destinadas a promover o intercâmbio de conhecimentos entre cientistas e a discutir, em nível acadêmico, assuntos de relevância social. Entretanto, julgamos de melhor aviso partir de base mais segura e para isso examinamos o material divulgado na revista *Cadernos de Pesquisa*, publicada pela Fundação Carlos Chagas, em São Paulo.

Trabalhos publicados na revista Cadernos de Pesquisa

Periódico voltado especificamente para problemas de educação e que tem sido publicado regularmente desde 1971, *Cadernos de Pesquisa* constitui presumivelmente um veículo de divulgação amplamente conhecido entre os pesquisadores e por isso, presumivelmente também, procurado pelos que tenham concluído projetos e deles extraído reflexões e dados considerados de interesse para os que trabalham na área.

Partindo do número 2 dessa revista, pois o número 1 constituiu-se do levantamento por nós realizado sobre a situação da pesquisa educacional no Brasil nos cinco anos anteriores a 1970, examinamos todos os números até o décimo sétimo, considerando apenas, porém, os artigos que apresentam relatos de pesquisas. Quarenta e um artigos satisfazem a esse critério e sobre eles incide a análise.

Em primeiro lugar, constata-se que, dentre os estudos publicados, os mais freqüentes são os que se incluem nas

(1) Relação mimeografada. Agradecemos ao INEP o acesso a essa fonte de informação.

(2) Equipes de Planejamento das Secretarias de Educação Estaduais. *Apud*. Franco, Maria Laura P. B. e Goldberg, Maria Amélia Azevêdo “Prioridades em Pesquisa Educacional: prós e contras”, *Cadernos de Pesquisa*, nº 16, 1976.

categorias "Avaliação de currículos ou programas", "Construção de instrumentos de avaliação ou pesquisa" e "Características de estudantes ou do ambiente de que provêm".

Uma segunda constatação é a de que, entre os estudos abrangidos no terceiro grupo, o mais numeroso, dois terços não apenas caracterizam psicologicamente os sujeitos ou o meio ambiente de que se originam mas, também, investigam a influência dessas características, como variáveis "independentes", sobre a aprendizagem ou o nível de escolaridade. Este fato constitui, a nosso ver, inegável progresso em comparação com o que ocorria em períodos anteriores, quando a maioria das pesquisas desse tipo se limitava a simples "caracterizações", no máximo acompanhadas de conjecturas sobre possíveis relações com resultados escolares.

Mesmo, porém, nos demais estudos incluídos nesse grupo, nos quais a aprendizagem ou a realização escolar não é explicitamente focalizada como variável dependente, o nível da análise, em geral multivariada, é superior ao que predomina nas pesquisas relacionadas no trabalho "A Pesquisa Educacional no Brasil", divulgado em 1971 (3). Nível equivalente se encontra em geral não só nas pesquisas metodológicas — elaboração e validação de instrumentos — como também nos demais tipos de estudo examinados. Obviamente, esse aspecto, por si só, não poderá constituir critério para julgar-se da qualidade e, muito menos, da relevância de uma pesquisa. De qualquer forma, porém, representa um indício de que certo número de pesquisadores brasileiros domina um instrumental de trabalho que não só permite realizar pesquisas mais sistemáticas como, principalmente, apresenta recursos analíticos mais variados.

Essa noção é reforçada pelo que se depreende de estudos em andamento, não só na Fundação Carlos Chagas, onde se originou a maioria das pesquisas divulgadas naquela revista, mas também entre os que se têm realizado em outras instituições, tais como a FUNBEC (Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências), o IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), e o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, cujo programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências já tem produzido algumas dissertações de mestrado.

Entretanto, a elegância formal de um plano de investigação e a utilização de certos recursos metodológicos não constituem os únicos aspectos a serem considerados numa pesquisa, e talvez não sejam mesmo os mais cruciais. Outro aspecto, e este mais delicado, é o da relevância. Podem-se distinguir duas ordens de relevância — a científica ou teórica e a prática ou social. Embora a avaliação de uma ou outra incorpore juízos de valor, a primeira mais objetivamente se poderá estabe-

(3) "A Pesquisa Educacional no Brasil", *Cadernos de Pesquisa* nº 1, 1971.

lecer, considerando-se a pesquisa pelo que representa em termos de acumulação ou reformulação de conhecimentos. A propósito, concebe-se que um programa de formação bem orientado poderá levar o pesquisador a sensibilizar-se por essa questão, a partir do contato íntimo com a literatura referente a seu campo de estudos e da incorporação de hábitos de contínua indagação. Já a produção de estudos socialmente relevantes não parece prender-se necessariamente à familiaridade com o corpo teórico de uma disciplina ou ao domínio de métodos de pesquisa. Na verdade, a própria decisão sobre o que é relevante constitui, frequentemente, objeto de controvérsia. Em princípio, será relevante a pesquisa que contribua para o diagnóstico ou a solução de um problema social. Porém, o que se considera problema depende não só de fatos ou condições objetivas, mas, principalmente, da maneira pela qual se "define" a situação. Uma mesma taxa de analfabetismo pode não constituir problema em uma sociedade ou em determinado momento histórico e causar grande preocupação em outro. Por outro lado, num mesmo momento, certos fatos podem preocupar seriamente alguns indivíduos ou grupos sem que sequer sejam percebidos por outros.

É possível que assim se explique em parte o relativo descaso em que se encontra a educação rural atualmente no Brasil. Dos cento e quarenta e três projetos financiados pelo INEP no período de 1972-76, apenas três se referem à educação rural. Por outro lado, essa não é uma questão com a qual se preocupam os estudos encontrados nas outras fontes consideradas (4). Os problemas socialmente mais visíveis são os que se apresentam em decorrência da rápida multiplicação de escolas e grande expansão das matrículas nos centros urbanos. No entanto, é no campo que se encontra o maior número de pessoas analfabetas e se verificam as mais altas taxas de repetência e evasão escolar.

* * *

É a partir de tais considerações que apresentamos aqui certas reflexões sobre a pesquisa educacional que se realiza em nosso país. A intenção não é a de minimizar a importância daquilo que, por vezes em condições bastante adversas, se tem conseguido fazer, mas, sim a de indicar o que, a nosso ver, mereceria maior atenção. Omitimo-nos no que respeita à relevância teórica dos estudos, pois, para julgar desse ângulo, precisaríamos, dado o caráter multidisciplinar do campo, incursionar por áreas nas quais nos falta competência.

Acreditamos que o setor dos estudos psico-pedagógicos — entre os quais se incluem não apenas estudos de

(4) Entre as comunicações apresentadas em 1976, duas, baseadas num mesmo estudo, referem-se ao ensino agrícola de 2º grau. Este é, porém, um ensino especializado, que funciona em regime de internato e cuja clientela abrange considerável proporção de alunos provenientes de zonas urbanas — mais de um terço, segundo nos informa uma das comunicações.

psicologia educacional propriamente ditos, mas, também, a elaboração de currículos ou programas e a investigação sobre métodos de ensino — é o que apresenta atualmente as maiores probabilidades de crescimento.

Essa opinião baseia-se no número e qualidade dos trabalhos em andamento ou recentemente concluídos, bem como no pressuposto otimista de que os indivíduos e grupos que a isso se dedicam tenham condições para dar continuidade e imprimir certo impulso a suas pesquisas. Por outro lado também, essa é uma área em que mais facilmente se poderá, se não prescindir inteiramente de pesquisas básicas autóctones, pelo menos dispor já de conhecimentos obtidos em outros países.

Por outro lado, como já se indicou, sensíveis sinais de aperfeiçoamento mostram as pesquisas referentes a características de alunos, as quais poderão inclusive desenvolver relacionamento mais estreito com a elaboração de currículos e programas, objetivo prático a que, pelo menos no nível das intenções expressas, se destinam.

A situação de tais pesquisas parece-nos assim bem mais promissora do que a verificada em 1970.

O mesmo não se poderá dizer da área onde se incluiriam estudos da escola como organização social e dos sistemas administrativos em que a escola se insere. Esta se apresenta, a nosso ver, como um dos flancos mais desguarnecidos da pesquisa educacional no Brasil. Na categoria que, com pouco refinamento, se convencionou chamar "Análises organizacionais", registram-se apenas duas das noventa e seis comunicações apresentadas na reunião da SBPC em 1976 e um dentre os cento e quarenta e três projetos financiados pelo INEP no período 1972-76. Em termos numéricos, pesquisas de tal natureza são tão pouco expressivas quanto as de Economia da Educação (Categoria 15).

Concebe-se que estudos sobre política educacional, inteiramente ausentes no material examinado, talvez sejam evitados, principalmente por pesquisadores que se candidatam a apoio governamental, mas é provável também que fatores de outra ordem expliquem em parte essa ausência, bem como a carência apontada em relação àquela categoria ("Análises organizacionais").

No que se refere particularmente à escola como organização social, uma hipótese é a de que a formação acadêmica dos sociólogos brasileiros, acentuadamente orientada para análises em nível macroscópico, os leve a

considerar tal cogitação irrelevante em face dos problemas mais abrangentes que os absorvem. Na verdade, a estrutura e a dinâmica interna dos grupos propriamente ditos, inclusive da família, não se apresentam como objeto digno de seu interesse. Por outro lado, a psicologia social, que, em termos do volume de produção científica, é pouco expressiva no Brasil, também do problema não cogita.

Porém, talvez mais séria ainda seja a situação no que respeita a estudos sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas político-administrativos federais, estaduais e municipais — bem como os constituídos pelos grandes organismos universitários mais ou menos autônomos — onde se originam as decisões e se disciplinam os procedimentos que regem a atuação dos professores e tudo o que de importante possa acontecer nas escolas brasileiras. Um poucas teses de mestrado se encontram nessa área (5), mas esse é um tipo de problema que requer mais do que o arrojo e a competência de pesquisadores isolados.

De diferentes ângulos se poderiam analisar organizações tão complexas, de modo que, dum ponto de vista teórico, a tarefa poderia interessar a sociólogos ou a cientistas políticos. A dificuldade maior aí não seria talvez a da natureza do trabalho, mas, sim, a dos obstáculos que se imagina venham a ser antepostos pelas organizações objeto de estudo. Na verdade, esse não é um tipo de pesquisa que possa ser feita sem o apoio efetivo dos que ocupam postos de comando. Pesquisadores hábeis poderiam contornar resistências nos escalões inferiores, mas isso não seria suficiente.

Não é difícil imaginar a importância que estudos nessa área teriam. Por mais que se possa avançar no que respeita a aspectos psico-pedagógicos, tais avanços não se propagarão se bloqueios sérios ocorrerem, por uma ou outra razão, em diferentes pontos do sistema educacional. E neste sistema estão envolvidos hoje milhares de professores, que presumivelmente afetam a vida de milhões de estudantes.

(5) De nosso conhecimento são duas teses de mestrado que se incluiriam nessa área, a saber: Baia Horta, José Silvério, *O Conselho Federal de Educação e o Planejamento Educacional no Brasil*. Tese de mestrado, PUC do Rio de Janeiro, 1975 (mimeo.) e Lacerda, Maria do Carmo de, *Universidade e Processo de Decisão*. Tese de mestrado, Universidade de Brasília, 1974 (mimeo.).